

CONGRESSO

Rodrigues: é preciso dobrar o efetivo da PF

Na abertura da CPI do Crime Organizado, no Senado, o diretor-geral da Polícia Federal expôs as dificuldades orçamentárias da corporação e pede mais recursos

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado abriu os trabalhos, ontem, com a oitiva do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e discursos firmes sobre a necessidade de enfrentar facções criminosas sem distorções ou romantizações. Rodrigues criticou a “glamourização” do crime organizado e defendeu que autoridades e mídia tratem o tema com precisão, evitando atribuir o rótulo a qualquer evento criminal e, assim, supervalorizar organizações que atuam com extrema violência.

O diretor-geral também alertou para a insuficiência do efetivo atual menos de 13 mil policiais e do orçamento da PF, hoje em R\$ 1,8 bilhão. Ele afirmou ser necessário dobrar o número de servidores para que a instituição consiga responder às demandas crescentes. Segundo Rodrigues, estudos internos avaliam o dimensionamento ideal e apontam que um quadro ampliado garantiria maior eficiência nas investigações, sobretudo no enfrentamento às facções, milícias e crimes financeiros.

O chefe da Polícia Federal defendeu um incremento de 38% no orçamento da corporação. “Eu entendo e já fiz esse apelo para que, na LOA (Lei Orçamentária Anual) que está aqui, sob apreciação desta Casa, nós tenhamos um aumento desse valor para, ao menos, R\$ 2,5 bilhões”, pediu Rodrigues.

Durante a sessão, o diretor-geral da PF criticou pontos do relatório do PL Antifacção, relatoria do deputado Guilherme Derrite (PL-SP), que tramita na Câmara. Para ele, as mudanças feitas nas últimas versões — já são ao menos cinco — podem gerar conflitos de competência, confusão processual e enfraquecimento do combate ao crime organizado. O dirigente também manifestou preocupação com dispositivos que retiram recursos ou reduzem atribuições de órgãos como a PF e a Receita Federal, responsáveis por atacar o fluxo financeiro das organizações criminosas.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), reforçou que o colegiado atuará com independência e sem blindagem a qualquer autoridade. Ele afirmou que “ninguém será poupado”, incluindo políticos, empresários e agentes

Andressa Anholete/Agência Senado



Rodrigues, Contarato e Vieira (da direita para a esquerda): tentativa de debater segurança de forma técnica

Reprodução/Redes Sociais



TH Joias: CPI quer ouvir ex-deputado estadual envolvido com o tráfico

públicos suspeitos de envolvimento com facções. Contarato defendeu ainda que a PF mantenha e amplie sua capacidade operacional, lembrando que segurança pública depende diretamente de orçamento e cooperação entre instituições.

TH Joias

A sessão marcou, também, o avanço de novos requerimentos. O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), solicitou a convocação do

ex-deputado fluminense Thiego Santos, o TH Joias, preso pela PF em investigação sobre o Comando Vermelho no Complexo do Alemão. Para Vieira, o depoimento é essencial para esclarecer o papel do ex-parlamentar e das conexões entre crime organizado e agentes públicos. Contarato confirmou que o pedido será analisado na próxima reunião.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador



Eu entendo e já fiz esse apelo para que, na LOA (Lei Orçamentária Anual) que está aqui, sob apreciação desta Casa, nós tenhamos um aumento desse valor para, ao menos, R\$ 2,5 bilhões”

Andrei Rodrigues,
diretor-geral da PF

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam “um presente ao crime organizado” e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

PODER

Boteco e nazismo na resposta a alemão

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu, ontem, as críticas do chanceler alemão, Friedrich Merz, a Belém. Ao inaugurar uma ponte entre Tocantins e Pará, Lula afirmou que Merz “deveria ter ido em um boteco”, e que a capital alemã, Berlim, “não oferece nem 10% da qualidade” que o Pará e Belém oferecem. “O primeiro-ministro da Alemanha, esses dias, se queixou: ‘ah, eu fui no Pará, mas eu voltei logo, porque eu gosto mesmo é de Berlim’”, disse Lula durante a cerimônia, em Xambioá, Tocantins.

“Ele, na verdade, deveria ter ido em um boteco no Pará. Ele, na verdade, deveria ter dançado no Pará. Ele, na verdade, deveria ter provado a culinária do Pará, porque ele ia perceber que Berlim não oferece para ele nem 10% da qualidade que oferece o estado do Pará, e a cidade de Belém. E eu falava toda hora: come a maniçoba, porra”, acrescentou.

Friedrich Merz desdenhou da capital paraense durante um congresso comercial em Berlim. O chanceler participou da Cúpula de Chefes de Estado que antecedeu a COP30 e teve reunião bilateral com o presidente Lula. “Senhoras e senhores, vivemos em um dos países mais bonitos do mundo. Perguntei a alguns jornalistas que estiveram comigo no Brasil na semana passada: ‘Quem de vocês

Ricardo Stuckert / PR



Lula: “Berlim não oferece nem 10% da qualidade que oferece o Pará”

gostaria de ficar aqui?”, comentou Merz. “Ninguém levantou a mão. Todos ficaram contentes por termos retornado à Alemanha, na noite de sexta para sábado, especialmente daquele lugar onde estávamos”, disse, ainda, o primeiro-ministro.

Paes sobe o tom

A fala de Merz foi criticada por outras autoridades brasileiras. Na segunda-feira, o governador do Pará, Helder Barbalho, classificou a declaração como um “discurso

preconceituoso”, nas redes sociais. O prefeito de Belém, Igor Normando, por sua vez, frisou que o chanceler alemão “destila preconceito e arrogância”.

Ontem, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, disse que Normando e Barbalho foram “muito educados”, e aumentou o tom. “Filhote de Hitler vagabundo! Nazista!”, chegou a escrever nas redes sociais. Porém apagou a postagem logo depois, após ser criticado, e amenizou. “Já dei a minha desabafada hoje. Fiquem tranquilos no Itamaraty. Viva a amizade Brasil e Alemanha que me emociona”, publicou Paes.

Chanceler alemão desde maio deste ano, Friedrich Merz representa a ala conservadora do partido União Democrática Cristã (CDU). É neto de Josef Paul Sauvigny, ex-prefeito da cidade de Brilon e integrante do partido nazista a partir de 1937.

O Congresso Nacional também reagiu às declarações do chanceler alemão. O plenário do Senado Federal aprovou um voto de censura a Friedrich Merz, em atenção a um requerimento apresentado pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). Na avaliação do parlamentar, as declarações do chefe de governo europeu “não são apenas infelizes”, mas desrespeitam Belém e a Amazônia, “região que é patrimônio da Humanidade”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Prisão de banqueiro e liquidação do Master repercutem na política

A liquidação do Banco Master, decretada pelo Banco Central após a deflagração da Operação Compliance Zero pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, nesta terça-feira (18/11), desencadeou um abalo simultâneo no sistema financeiro e no mundo político. A investigação aponta que a cúpula do Master montou um esquema de fraude contábil bilionário para mascarar um rombo estrutural, mantendo a aparência de solvência enquanto as finanças da instituição se deterioravam rapidamente.

O controlador do banco, Daniel Vorcara, preso quando tentava embarcar para Malta, é acusado de vender ao Banco de Brasília (BRB) carteiras de crédito fictícias no valor de R\$ 12,2 bilhões, apoiando-se em documentos com datas retroativas e assinaturas eletrônicas emitidas meses depois, uma evidência direta de falsificação. Tratava-se de criar ativos inexistentes e inflar o patrimônio do banco artificialmente, numa tentativa desesperada de evitar o colapso.

O Banco Central, ao examinar as operações com o BRB, identificou inconsistências graves e concluiu que as carteiras de crédito revendidas não existiam. Determinou, então, que o BRB desfizesse a operação, mas o banco brasileiro continuou a enviar recursos ao Master, o que reforçou a percepção de que o esquema seguia ativo. Por essa razão, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, foi afastado.

A operação também expôs o envolvimento do Rioprevidência, que destinou R\$ 2,6 bilhões ao Master entre 2024 e 2025, ignorando alertas do Tribunal de Contas do Estado sobre irregularidades e sinais de deterioração financeira. Em busca de rentabilidade acima das taxas de mercado, seus gestores públicos assumiram riscos incompatíveis com a situação real do banco.

A liquidação extrajudicial do Master causou forte apreensão entre investidores institucionais, fundos de pensão, empresas e pessoas físicas que possuíam títulos ligados ao banco. Muitos detinham debêntures, certificados de recebíveis, letras financeiras ou cotas de fundos estruturados pelo Master, produtos fora da cobertura do Fundo Garantidor de Créditos.

O risco de perdas bilionárias é real, porque o ressarcimento dependerá da capacidade da empresa liquidante de recuperar ativos que possam compensar credores. O congelamento judicial dos bens de Vorcara e de outros administradores é apenas o primeiro passo para isso, mas o processo complexo e de resultados incertos. Devido ao caso Master, a expansão acelerada de bancos médios, com portfólios agressivos e baixa transparência, que atraem investidores com juros elevados, mas sem lastro sólido, passou a ser uma preocupação do mercado financeiro.

Efeito dominó

O temor inicial era uma onda de desconfiança que poderia pressionar outras instituições de médio porte, reduzir a liquidez de fundos de crédito privado e provocar correções forçadas de carteiras. Para evitar um efeito dominó, o Banco Central agiu rapidamente ao decretar a liquidação e nomear a EFB Regimes Especiais como administradora do processo, tentando isolar o risco e impedir turbulências maiores. Ainda assim, a operação pode levar a revisões de ativos, aumento de provisões e maior cautela regulatória, com impacto no crédito corporativo e no mercado de capitais.

Em Brasília, a preocupação principal é com o chamado “cinturão de influência política” dos executivos do Banco Master. Há indícios de que políticos e dirigentes de fundos públicos atuaram para desviar investimentos, facilitar operações e inserir o banco como contraparte privilegiada em circuitos de crédito público e paraestatal.

Segundo a PF, várias operações só prosperaram após pressões diretas de autoridades com trânsito em bancos estaduais, autarquias e fundos de servidores, o que explicaria a resiliência do Master mesmo diante de sinais evidentes de fragilidade financeira. A tentativa de venda do banco ao Grupo Fictor, anunciada na véspera da operação, foi uma manobra para confundir o mercado e estancar a crise iminente. Deu errado.

Nos gabinetes do Congresso e nos governos do Rio de Janeiro e Distrito Federal, o clima é de expectativa em relação a fatos novos que possam surgir das investigações. A possibilidade de que conversas, intermediações políticas, fluxos financeiros associados a campanhas, consultorias ou doações indiretas venham à tona assombra aliados e interlocutores do banco. Há receio de que novos inquéritos sobre fundos de pensão, documentos compartilhados pelo Banco Central e eventuais delações premiadas de executivos do Master venham a comprometer autoridades e operadores políticos.

Segundo a Polícia Federal, a parte financeira está praticamente elucidada pelo Banco Central; agora começa a análise do componente político, na investigação criminal. A prisão de Vorcara e as relações políticas que emergem das investigações geram muita apreensão nos meios políticos. O impacto imediato é econômico, atingindo desde fundos públicos até investidores individuais, pode ser calculado; o impacto político, ainda não. O Master oferecia taxas elevadas, assumia riscos extremos e contava com a blindagem política nos bastidores do Congresso.